



CÂMARA MUNICIPAL

NOVA LIMA

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. Conforme artigo 85 do Regimento Interno da Câmara, a Ata será lavrada com a sinopse dos trabalhos, ressaltando que as gravações das reuniões são disponibilizadas no Canal Oficial da Câmara no Youtube, permitindo a qualquer interessado recuperar o conteúdo na íntegra. No dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Atendendo solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário realizou a chamada dos vereadores presentes. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença dos vereadores: Abner Henrique Santana Soares, Adilson Moraes Braga, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques, Mael, Joselino Santana Dias, Nilton da Cruz Oliveira, Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, Silvânio Aguiar Silva, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos, Wesley de Jesus Silva. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia treze de maio de dois mil e vinte e cinco foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por quatorze votos. Não houve leitura de correspondência. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro



atualizou os trabalhos de uma comissão mista da Casa, presidida pelo vereador Silvânio, voltada à discussão de estratégias para enfrentamento da situação de moradores em situação de rua. Anunciou que no dia 11 de junho, às 9h30, a comissão realizará visita técnica à Pastoral do Povo da Rua, em Belo Horizonte, Rua Gustavo da Silveira, Bairro Santa Inês, com o objetivo de conhecer dois projetos: Moradia Primeiro e Canto da Rua. Convidou todos os vereadores a participarem da visita, que marca o encerramento da etapa de levantamento e conhecimento de experiências, antes da elaboração do parecer com sugestões ao Executivo Municipal sobre o tema. Solicitou ao vereador Silvânio encaminhe o convite formal aos gabinetes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.539/2025, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2026 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Wesley de Jesus Silva indagou se o governo enviou o plano plurianual, PPA. O Senhor Presidente respondeu que ainda não havia enviado. O vereador Wesley de Jesus Silva criticou a ausência do envio do Plano Plurianual (PPA) por parte do Executivo, documento que deveria orientar as ações e metas do governo para os próximos quatro anos. Destacou que, sem essa peça orçamentária fundamental, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano fica prejudicada, dificultando o trabalho da Casa Legislativa. Informou que irá formalizar requerimento sobre o tema. 2) Projeto de Lei nº 2.540/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal



1.067, de 19 de dezembro de 1983, e altera parcialmente o quadro constante no art. 1º da Lei Municipal nº 3.193, de 31 de dezembro de 2024, majorando o valor destinado para a entidade que indica”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Wesley de Jesus Silva, aprovou por oito votos a confecção de parecer conjunto. O Senhor Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 2.540/2025 às comissões: Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Projeto de Lei nº 2.541/2025, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a desafetação das áreas públicas que indica e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 2.542/2025, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de lei específica para a atualização da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, veda sua atualização por decreto no âmbito do Município de Nova Lima/MG, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Wesley de Jesus Silva explicou que, com a entrada em vigor da reforma tributária prevista para 2026, os prefeitos poderão atualizar a base de cálculo do IPTU por meio de decreto. Diante disso, elaborou este projeto de lei que obriga a participação do Legislativo e a realização de audiência pública sempre que houver proposta de aumento do valor venal dos imóveis ou atualização da base de cálculo do imposto. 5) Projeto de Resolução nº 197/2025, autoria do vereador Adilson Moraes Braga, que “Institui o Banco de Ideias Legislativas no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de



parecer. 6) Projeto de Lei nº 2.544/2025, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Declara de Utilidade Pública a entidade Associação RAMA – Rede de Apoio de Mães Atípicas e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Com a permissão do vereador Danúbio, o vereador Wesley de Jesus Silva assinou o Projeto de Lei nº 2.544/2025. 7) Projeto de Lei nº 2.545/2025, autoria dos vereadores Danúbio de Souza Machado e Nilton da Cruz Oliveira, que “Declara de Utilidade Pública o Instituto Cristiano Maia e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 8) Projeto de Lei nº 2.546/2025, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a criação de pontos de coleta para descarte de resíduos eletrônicos no Município de Nova Lima, institui campanhas educativas e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 9) Projeto de Lei nº 2.547/2025, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o serviço de transporte urbano complementar de passageiros em veículos de baixa capacidade, denominado de subsistema do transporte urbano especial complementar de passageiros e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Abner Henrique Santana Soares parabenizou o vereador Álvaro pela proposição. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo esclareceu que o projeto apresentado não compete com o transporte público municipal, sendo de caráter complementar. Afirmou que a proposta visa atender regiões que atualmente não são contempladas pela concessionária, ampliando o acesso ao transporte



e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a permissão do vereador Álvaro, o vereador Abner assinou o Projeto de Lei nº 2.547/2025. 10) Projeto de Decreto Legislativo nº 476/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede o Título de Empresa Cidadã à Tenda Árabe Studio de Danças e Fitness, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Anísio Clemente Filho, Joselino Santana Dias e Cláudio José de Deus, para emissão de parecer. Os vereadores Danúbio de Souza Machado, Gliverson Júnio Dias Marques e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo cumprimentaram e parabenizaram a vereadora Viviane pelo projeto. Com a permissão da vereadora Viviane, os vereadores Danúbio e Gliverson assinaram o projeto. 11) Projeto de Resolução nº 196/2025, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre a denominação da Escola do Legislativo e dá outras providências” – Professora Zoi Liboni Cougias Rossini. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Wesley de Jesus Silva fez uma retificação em relação à sua fala anterior sobre os prazos de envio dos projetos orçamentários. Reconheceu que, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município, o Plano Plurianual (PPA) deve ser entregue até 31 de agosto e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) até 15 de abril. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 475/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede o Diploma do Mérito Desportivo Antônio de Paula – Piula a Alexandre de Jesus Jeruzalem Júnio e dá outras providências”. O Plenário, consultado



pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Viviane Gomes de Matos, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 2.524/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Altera a Lei Municipal nº 2.725, de 25 de novembro de 2019, ampliando o incentivo ao desenvolvimento e promoção dos ambientes de inovação e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Abner Henrique Santana Soares, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 3) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.527/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Inclui artigo à Lei nº 3.204/2025, que ‘Cria o Sistema Auxiliar de Cadastro Municipal de Doadores de Medula Óssea no Município de Nova Lima’, para dispor sobre a denominação da norma”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 4) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 2.528/2025, autoria dos vereadores Mael e Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre denominação da UBS do Bairro Honório Bicalho de UBS Maria José Pena da Silva”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio



Aguiar Silva, aprovou por quatorze votos a dispensa de pareceres e interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 5) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 2.529/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Dispõe sobre o direito à dieta isenta de glúten para pessoas com doença celíaca internadas em unidades de saúde do município”. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, aprovou por treze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.532/2025, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal 3.192, de 31 dezembro de 2024 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.533/2025, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima, através do seu Executivo Municipal, a desafetar área pública que indica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 8) Parecer da Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência referente ao Projeto de Lei nº 2.534/2025, autoria dos vereadores Thiago Felipe de Almeida e Gliverson Júnio Dias Marques, que “Garante direitos à criança com TEA, com Altas Habilidades/Superdotação, com TDAH ou com outras atipicidades”. A comissão



emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Educação. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de Lei nº 2.507/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre a regulamentação da doação de medicamentos não utilizados à Farmácia Solidária no âmbito no Município de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos emenda modificativa apresentada pela Comissão de Direitos Humanos. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Nilton da Cruz Oliveira, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção.
- 2) Projeto de Lei nº 2.513/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Dispõe sobre a priorização de práticas sustentáveis nas construções de moradias populares no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção.
- 3) Projeto de Lei nº 2.516/2025, autoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira, que “Dispõe sobre o Programa Municipal de Combate e Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (Fake News) em Nova Lima e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção.
- 4) Projeto de Lei nº 2.519/2025, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que



“Autoriza a implantação do projeto “Escola nas Férias” na rede municipal de ensino de Nova Lima e dá outras providências”. O Plenário aprovou por quatorze votos emenda modificativa apresentada pela Comissão de Educação, e outra emenda modificativa apresentada pelo vereador Anísio Clemente Filho. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, com as emendas, aprovado por quatorze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Anísio Clemente Filho, aprovou por quatorze votos a dispensa de interstícios para a segunda votação do projeto na presente reunião. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 475/2025, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede o Diploma do Mérito Desportivo Antônio de Paula – Piula a Alexandre de Jesus Jeruzalem Júnior e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à promulgação. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.524/2025, autoria do vereador Abner Henrique Santana Soares, que “Altera a Lei Municipal nº 2.725, de 25 de novembro de 2019, ampliando o incentivo ao desenvolvimento e promoção dos ambientes de inovação e dá outras providências”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à



sanção. O vereador Abner Henrique Santana Soares agradeceu aos vereadores pela aprovação do projeto e falou sobre a importância da proposição. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.527/2025, autoria do vereador Gliverson Júnio Dias Marques, que “Inclui artigo à Lei nº 3.204/2025, que ‘Cria o Sistema Auxiliar de Cadastro Municipal de Doadores de Medula Óssea no Município de Nova Lima’, para dispor sobre a denominação da norma”. Em discussão, a vereadora Viviane Gomes de Matos destacou a importância da denominação em homenagem a Lucas Batista Lopes, criança presente na sessão junto aos pais, Daltinho e Juliana. Ressaltou a história de superação de Lucas, reconhecendo a sensibilidade do vereador Gliverson, autor da proposta, e solicitou a assinatura conjunta por sua proximidade com a família. Citou o caso da aluna Pietra, que também enfrenta batalha semelhante, e propôs que a homenagem sirva de incentivo à doação de medula óssea, como forma concreta de ampliar a solidariedade e salvar vidas. Parabenizou a dedicação da mãe Juliana e elogiou o exemplo positivo que a família deixa para a cidade. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques agradeceu à vereadora Viviane pelo gesto de querer participar da homenagem e destacou a importância de reconhecer histórias que marcam a cidade. Ressaltou a luta vivida por Lucas Batista Lopes, criança homenageada, e o papel fundamental de seus pais, Juliana e Daltinho, na sua recuperação. Celebrou o momento com uma salva de palmas e afirmou que, apesar de a lei já ter sido sancionada, era essencial nomeá-la como Lei Lucas, como forma de reconhecimento e inspiração. Reforçou o compromisso da Casa com campanhas para salvar vidas e deixou uma



mensagem de apoio e carinho à família. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.528/2025, autoria dos vereadores Mael e Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre denominação da UBS do Bairro Honório Bicalho de UBS Maria José Pena da Silva”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira e única votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. Conforme deliberação do Plenário, o Senhor Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.529/2025, autoria do vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, que “Dispõe sobre o direito à dieta isenta de glúten para pessoas com doença celíaca internadas em unidades de saúde do município”. Nenhum vereador se manifestou na discussão. Em primeira votação, aprovado por quatorze votos. Nenhum vereador se manifestou na segunda discussão. Em segunda e última votação, aprovado por quatorze votos e encaminhado à sanção. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro agradeceu a aprovação do projeto que garante dieta isenta de glúten nas internações para pessoas com doença celíaca. Destacou a presença da Karine, portadora da doença celíaca e responsável pela sugestão da proposta, evidenciando a importância da participação popular na criação de políticas públicas. Fez referência ao projeto de resolução do vereador Adilson Moraes Braga, que trata do Banco de Ideias Legislativas, como exemplo de como boas iniciativas podem surgir da população. Ressaltou o caráter democrático e participativo da Câmara e a disposição dos vereadores



em acolher sugestões da sociedade. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Indica ao Poder Executivo a realização de estudos técnicos para implantação de um sistema municipal de monitoramento inteligente por reconhecimento facial, com câmeras em pontos estratégicos de Nova Lima, nos moldes do Programa Smart Sampa da prefeitura de São Paulo. Solicita ao Executivo que promova os levantamentos técnicos, jurídicos e financeiros necessários, com eventual abertura de chamamento público ou edital para desenvolvimento da iniciativa, com estrita observância à LPDG. Com a permissão da vereadora Viviane, o vereador Danúbio de Souza Machado assinou o requerimento, que foi aprovado por quatorze votos. 2) Autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, em nome da Casa: Requer ao Poder Executivo que adote providências mediante solicitações requeridas pela Associação Comercial e Empresarial de Nova Lima (ACE), que visem à melhoria da comunicação e do planejamento em relação às obras públicas realizadas em nossa cidade, bem como o aperfeiçoamento da fiscalização sobre as empreiteiras contratadas. Em discussão, o Senhor Presidente relatou visita realizada à Associação Comercial e Empresarial (ACE) de Nova Lima, da qual participaram ele e os vereadores Wesley, Mael, Claudinho, Zelino, Abner e Gliverson, agradecendo a acolhida do presidente David. Destacou a importância do encontro, inicialmente previsto para uma hora e que durou quase três, permitindo ouvir as demandas urgentes dos comerciantes, sobretudo quanto aos impactos da obra na Praça Bernardino de Lima. Informou que foi elaborado um requerimento coletivo e convidou os colegas a assinarem. Mencionou



também o agendamento de uma visita técnica ao local da obra e a outra no Bairro Nossa Senhora de Fátima, atendendo solicitação da Grazi. O vereador Abner Henrique Santana Soares elogiou o requerimento e ressaltou a importância de desmistificar a ideia de que empreendedores vivem com folga financeira, lembrando que muitos enfrentam dificuldades e que as obras públicas, embora necessárias, afetam diretamente o faturamento e os empregos. Reforçou a necessidade de a Câmara estar próxima da realidade dos comerciantes e apoiar ações que minimizem os prejuízos durante as intervenções. A vereadora Viviane Gomes de Matos informou que não pôde comparecer à reunião, mas participará da próxima. Relatou ter sido procurada por comerciantes não filiados à ACE, que também desejam ser ouvidos, sugerindo que sejam incluídos nos próximos encontros para uma construção coletiva das soluções. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques parabenizou o Senhor Presidente pela sensibilidade em buscar a participação dos demais vereadores e destacou o valor da atuação conjunta do Legislativo em torno das demandas do comércio local, especialmente diante da reforma da praça central. O vereador Danúbio de Souza Machado reforçou a gravidade dos impactos da obra para os comerciantes, citando que esteve no local e ouviu as demandas, como melhorias na iluminação e sinalização, e agradeceu ao secretário Monteiro pelo pronto atendimento. Mencionou que a obra no bairro Nossa Senhora de Fátima também tem causado transtornos graves ao comércio e pediu que as secretarias envolvidas deem suporte aos empreendedores locais. O vereador Wesley de Jesus Silva elogiou a iniciativa e destacou a importância de a Câmara ouvir o cidadão e se aproximar da realidade local.



Disse ter visitado a obra e que houve comunicação com o Executivo, mas criticou a falta de aviso prévio aos comerciantes e à população, tanto no centro quanto no bairro Nossa Senhora de Fátima. Alertou para a possibilidade de fechamento de mais comércios e perda de empregos, pedindo maior planejamento e respeito por parte do Executivo em futuras intervenções. O Senhor Presidente agradeceu aos vereadores e reforçou o compromisso do Legislativo em estar próximo da população, participando não apenas das decisões, mas também das discussões e propostas que impactam diretamente a vida dos nova-limenses.

Requerimento aprovado por treze votos, em nome da Casa. 3) Aatoria do vereador Nilton da Cruz Oliveira: Apresenta moção de pesar à família enlutada do senhor Severino Lourenço dos Santos, que faleceu em 26/05/2025, aos 77 anos, em decorrência de infecção generalizada. Aprovado, treze votos. 4) Aatoria do vereador Adilson Moraes Braga: Requer à Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana que viabilize o retorno, o mais breve possível, de membros da Guarda Civil Municipal na entrada e saída das escolas do município. Aprovado, treze votos. 5) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de espelho convexo de trânsito na Alameda Guimarães Rosa, 26, Bairro Quintas II, visando proporcionar mais segurança aos motoristas e pedestres que circulam pela região. Aprovado, treze votos. 6) Aatoria do vereador Mael: Requer ao Prefeito Municipal a pavimentação da região do Papa Milho. O vereador Mael informou o início de importantes obras no Bairro Santa Rita, incluindo frisagem e recapeamento de ruas íngremes, além de uma obra de contenção. Destacou a atuação do vereador Silvânio como um dos solicitantes da intervenção e agradeceu ao



prefeito João Marcelo, ao subsecretário Rodolfo e ao servidor Elton pelo acompanhamento das obras. Mencionou o encontro com moradores do Papa Milho, que solicitaram providências quanto ao impacto do material retirado da frisão. Em atendimento à demanda local, comprometeu-se a apresentar requerimento e convidou os demais vereadores a subscreverem. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques parabenizou o vereador Mael pela iniciativa e reforçou que a situação do Papa Milho tem sido pauta constante da Câmara, inclusive com a presença da associação comunitária na Casa. Ressaltou a necessidade de união entre os vereadores para fortalecer a luta por melhorias na localidade, em especial para garantir condições de acesso e transporte às famílias e crianças que dependem do deslocamento escolar. O vereador Silvânio Aguiar Silva também parabenizou Mael, agradeceu a citação e confirmou que já havia feito a solicitação das obras há bastante tempo. Afirmou estar satisfeito com o início das intervenções e destacou a importância do trabalho coletivo na Câmara. O vereador Mael reiterou o reconhecimento à atuação de Gliverson na comunidade do Papa Milho, conforme mencionado pelo subsecretário Elton, e reforçou a importância de manter o espírito de cooperação entre os vereadores. Reafirmou que as conquistas têm fortalecido a atuação conjunta do Legislativo em favor da população nova-limense. O Senhor Presidente parabenizou os vereadores pelas iniciativas, em especial o vereador Mael, ressaltando que as solicitações são antigas, algumas inclusive da época em que ele próprio atuava como subsecretário. Reconheceu as dificuldades de execução dessas obras, mas destacou que, graças à atuação unida e presente dos vereadores nas comunidades, tem



sido possível levar melhorias significativas para bairros como Santa Rita, Papa Milho e Berlarmino, regiões que enfrentam desafios logísticos e estruturais. Encerrou reafirmando o apoio da presidência e da Câmara às demandas da população. Requerimento aprovado por treze votos. O vereador Adilson Moraes Braga, devido a um imprevisto, pediu licença para se retirar da reunião. O vereador Gliverson Júnio Dias Marques propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal, com urgência, a realização de uma visita técnica à Avenida Presidente Kennedy, em especial na altura do nº 3000, em frente à entrada do Condomínio Village Royale, com vistas à realização de um estudo técnico de trânsito que possibilite a avaliação das condições atuais da via e a implantação de medidas corretivas e preventivas, em especial a construção de uma intervenção de engenharia viária que permita organizar de forma segura o fluxo de veículos. Requer ainda que seja viabilizada a construção de uma calçada, do ponto de ônibus em frente ao Condomínio Village Royale, no lado oposto, até a rotatória próxima à padaria, para facilitar o acesso dos pedestres que utilizam o trecho, oferecendo mais segurança nos deslocamentos diários. Aprovado, treze votos. O vereador Abner Henrique Santana Soares ressaltou que, após o fechamento da Mina Grande em 2003, o município de Nova Lima buscou atrair investimentos por meio de incentivos fiscais e cessão de áreas públicas. Contudo, destacou que, em 2012, tais cessões passaram a ser alvo de inquéritos civis, resultando na celebração de dois Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Ministério Público de Minas Gerais, os quais reconheceram a ilegalidade de 22 atos de doação de bens públicos sem licitação, sem autorização legislativa específica e sem encargos razoáveis.



Enfatizou que as cláusulas dos referidos TACs impuseram obrigações ao município, como a proibição de novas permissões de uso de bens públicos para atividades econômicas e a cobrança retroativa de aluguéis das empresas beneficiadas. Segundo o vereador, tais restrições limitaram a capacidade de Nova Lima em atrair novos investimentos e dificultaram a diversificação econômica do município, sobretudo diante da concentração fundiária por grandes mineradoras e da escassez de áreas industriais aptas no Plano Diretor. Defendeu que é o momento oportuno para reabrir a discussão com os órgãos responsáveis pelos TACs, especialmente considerando os avanços das políticas de desenvolvimento econômico local. Reiterou a necessidade de tratar a situação de empreendedores que cumpriram as obrigações previstas no TAC, mas permanecem com situação jurídica indefinida. Propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo atualização sobre a situação dos TACs nº 0188.12.0001174-1 e 0188.12.000178-2, questionando se há planejamento para negociação da suspensão das restrições junto ao Ministério Público. Propôs, caso não haja, que o Poder Legislativo atue de forma proativa para iniciar tal debate, dada sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico do município. O vereador Wesley de Jesus Silva abordou a questão das permissões de uso de terrenos públicos, alertando sobre os riscos e irregularidades históricas em Nova Lima. Ressaltou que, apesar de ser um instrumento legal e válido para o desenvolvimento urbano, o modelo foi desvirtuado por gestões anteriores, resultando em: celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, entre 2008 e 2009, para evitar que o patrimônio público fosse entregue a preços irrisórios; penalidades



judiciais e devoluções de imóveis, como o caso de um imóvel na Oscar Niemeyer (Seis Pistas), que foi indevidamente transferido entre empresas ligadas a políticos locais; em 2012-2013, novo TAC firmado com beneficiários de permissões anteriores; em 2018, foi constatado que muitos dos imóveis doados não cumpriram as finalidades estabelecidas, inclusive por má fé de alguns beneficiários; citou o caso de um terreno cedido com o objetivo de geração de emprego, que acabou abandonado e posteriormente retomado e ocupado pela Guarda Municipal; mencionou o caso da Isabela Hendrick, que também descumpriu obrigações, estando em processo judicial para reintegração ao patrimônio público. Lembrou que em 2019 foi aprovada na Câmara uma lei que visava regularizar as permissões de uso, em conformidade com o TAC, permitindo novas negociações mediante o pagamento de 40% do valor do terreno, medida que buscava responsabilizar os beneficiários e evitar prejuízos ao erário. Alertou para a necessidade de cautela e regulamentação no uso desse instrumento, sugerindo que ele seja debatido dentro da revisão do Plano Diretor. Ressaltou que, devido ao histórico de irregularidades e ao fato de 53% das terras de Nova Lima estarem concentradas nas mãos de três mineradoras (Anglo, Vale e Cowan), qualquer nova concessão deve seguir regras claras e rigorosas para evitar novos abusos por parte do Executivo. O Senhor Presidente informou que faria dois apontamentos relevantes: o primeiro sobre o Plano Diretor, destacou que a Câmara está sendo constantemente cobrada quanto à revisão do Plano Diretor. Ressaltou o compromisso do Executivo de enviar o projeto ainda no primeiro semestre, considerando que a última consulta pública ocorreu em dezembro. Observou que o Plano Diretor é o



instrumento mais importante para definir as diretrizes do desenvolvimento urbano da cidade, especialmente diante do crescimento atual de Nova Lima. Sugeriu a elaboração de requerimento em nome da Casa para cobrar oficialmente informações sobre o andamento, prazos e previsão de envio do projeto. O segundo apontamento sobre os terrenos públicos doados, sugeriu que o requerimento também incluía a solicitação de informações sobre os terrenos públicos doados, como localização, estágio atual de ocupação e cumprimento das contrapartidas previstas. Mencionou casos como os terrenos doados no Jardim Canadá, avaliados em cerca de R\$ 15 a 20 milhões cada, e destacou a importância de verificar se as empresas beneficiadas cumpriram as condicionantes estabelecidas. Também citou que a Prefeitura está utilizando drones para acompanhar obras, o que pode facilitar o monitoramento. Reforçou a importância de envolver a Procuradoria do Município, que já acompanha esses processos, para fornecer à Câmara um levantamento completo da situação dos terrenos doados. Por fim, defendeu que, caso empresas não tenham cumprido os termos, as doações sejam revogadas para preservar o interesse público. Requerimento aprovado por doze votos. O Senhor Presidente propôs requerimento, solicitando ao Poder Executivo o encaminhamento à Casa do Plano Diretor. O vereador Wesley de Jesus Silva sugeriu que também fossem encaminhados os Planos de Mobilidade Urbana e de Saneamento Básico. Aprovado, em nome da Casa, por doze votos. O vereador Pedro Henrique Dornas de Assunção Ribeiro, após contextualizar solicitação, propôs requerimento, solicitando ao Secretário Municipal de Fazenda a elaboração e o envio de relatório técnico-financeiro contendo informações atualizadas e



detalhadas sobre a situação fiscal e orçamentária do Município de Nova Lima. Solicita que o relatório contenha: 1. Panorama da receita municipal atual, discriminado: as principais fontes de receita (ex: ISS, IPTU, ITBI, FPM, ICMS, royalties, entre outros); a perenidade dessas receitas: quais apresentam comportamento estável ao longo dos últimos exercícios; quais receitas são voláteis ou imprevisíveis, sujeitas a sazonalidades ou variações externas significativas; comparativo histórico dos últimos 5 anos, se disponível. 2. Situação das despesas correntes e compromissos fixos, incluindo: percentual da receita comprometido com folha de pagamento de pessoal ativo e inativo; percentual da receita com despesas de custeio da máquina pública (energia, contratos, serviços continuados, etc.); nível atual de endividamento e obrigações financeiras de curto e médio prazo. 3. Capacidade de investimento do município, com detalhamento sobre: valor disponível para investimentos discricionários (obras, equipamentos, novos programas, etc.); projeção de disponibilidade financeira até o final do exercício de 2025; existência de reservas financeiras ou superávit eventualmente acumulado. 4. Informações sobre repasses e convênios, se houver: quantidade e valores de repasses estaduais e federais atualmente vigentes; contrapartidas financeiras exigidas do município. 5. Projeções e planejamento financeiro: cenário projetado para o exercício de 2026, considerando os atuais níveis de arrecadação e despesa; riscos fiscais mapeados pela Secretaria (internos e externos); eventuais medidas de contenção e reequilíbrio em andamento ou previstas. Aprovado, doze votos. O vereador Danúbio de Souza Machado propôs requerimento solicitando avaliação da carga horária das servidoras que atuam



como Merendeiras e Auxiliares de Serviços Gerais nas escolas vinculadas à Parceria Público-Privada (PPP). Relatou insatisfação das trabalhadoras com a jornada excessiva, especialmente aos sábados, e sugeriu à empresa responsável a possibilidade de rodízio ou redução da carga horária. Ressaltou que os salários são baixos e o trabalho já é exaustivo, defendendo medidas para melhorar as condições dessas servidoras. O Senhor Presidente sugeriu que fosse incluído o envio do contrato firmado entre a Prefeitura e a empresa responsável pela PPP, com o objetivo de analisar as cláusulas contratadas e verificar se os serviços prestados estão em conformidade com o acordado. Requerimento aprovado por doze votos. O vereador Anísio Clemente Filho, propôs requerimento, solicitando ao Prefeito Municipal estudo para implantação de sinalização viária nas imediações das creches municipais, especialmente: pintura de faixas de pedestres nas portas de entrada e saída das creches; placas indicativas de “reduza a velocidade” e “atenção crianças”; sinalização horizontal com indicação de “área escolar”; estudo para possível instalação de lombadas nos trechos com maior fluxo de veículos. Justificou o requerimento. A vereadora Viviane Gomes de Matos parabenizou o vereador Anísio pelo requerimento e pela Corrida dos Garis, realizada no último domingo. Requerimento aprovado por doze votos. O vereador Wesley de Jesus Silva também parabenizou o vereador Anísio pela Corrida dos Garis. Propôs requerimento, solicitando cópia dos seguintes processos licitatórios que tramitaram em Nova Lima: Processo 0341 de 20/12/2023, do Consórcio Revitalização Nova Lima, adesão à Ata do Pregão nº 46 de 2021, processo licitatório de Sapucaí, em que foi feita adesão, que contratou a empresa informatica.com para



contratação de notebooks, Processo 0251 de 22/12/2022, da WR Distribuidora e Indústria Textil e o Processo 0249/2022, de informatica.com, de 30/12/2022. Fez um apelo ao Presidente da Câmara para que haja um cuidado especial quanto aos requerimentos de informação enviados à Prefeitura, destacando que tem encaminhado diversos pedidos, alguns dos quais não têm sido respondidos, mesmo quando direcionados tanto aos secretários quanto ao gabinete do prefeito. Ressaltou que há previsões legais, como a Lei de Acesso a Dados, o Regimento Interno da Câmara e a Lei Orgânica do Município, que estabelecem prazo para o atendimento às solicitações dos vereadores. Contudo, identificou uma brecha na Lei Orgânica que gera dúvidas sobre a obrigatoriedade de resposta a pedidos feitos diretamente por gabinete, razão pela qual opta por apresentar requerimentos em Plenário, buscando respaldo formal da Casa Legislativa. Solicitou que, em caso de descumprimento por parte do Poder Executivo, a Câmara possa ingressar com mandado de segurança, a fim de garantir o acesso às informações necessárias à sua atividade fiscalizatória, conforme previsto na Constituição Federal. Ressaltou que tais dados deveriam estar disponíveis a qualquer cidadão, mas que nem mesmo os vereadores, em muitos casos, estão conseguindo acessá-los. Requerimento aprovado por doze votos. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, estendeu por mais quinze minutos o tempo da reunião. O vereador Cláudio José de Deus também parabenizou o vereador Anísio pela Corrida dos Garis, informando que destinou parte de sua emenda impositiva para a compra de meias para a corrida e que outra parte será destinada à aquisição de tênis e chuteiras para crianças em situação de vulnerabilidade, que participarão de campeonato



esportivo. Anunciou a inauguração do Centro de Atividades Culturais (CAC) no Bairro Matadouro, marcada para o dia seguinte, às 19h, destacando a importância da obra para a valorização do bairro onde nasceu e cresceu. O Senhor Presidente e o vereador Mael parabenizaram o vereador Cláudio. O Senhor Presidente informou que não havia apresentação de oradores inscritos. Agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos. \_\_\_\_\_